

EDITORIAL

A escolha do dossiê “Políticas Educacionais em Direitos Humanos” tem um significado especial neste momento em que se têm avanços em relação a princípios e diretrizes que relacionam direitos humanos e educação. Refiro-me ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e às Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos.

Tendo como uma das referências o Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos da Unesco, o Plano (BRASIL, 2007)¹ considera a interdependência entre todos os direitos, sejam eles civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, e

Se destaca como política pública em dois sentidos principais, primeiro, consolidando uma proposta de um projeto de sociedade baseada nos princípios da democracia, da cidadania e da justiça social; segundo, reforçando um instrumento de construção de uma cultura de direitos humanos entendida como um processo a ser apreendido e vivenciado na perspectiva da cidadania ativa.

A importância dessa legislação está relacionada, principalmente, à perspectiva de a educação em direitos humanos vir a se constituir um fio condutor para a construção de políticas públicas relacionadas a direitos humanos, significando importante avanço no processo da formação na Educação Básica e Superior.

Esse dossiê tem como objetivo chamar a atenção para estudos e pesquisas que vêm sendo realizadas nesse campo, demonstrando

¹ BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. 2007. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

preocupação com os avanços que se fazem necessários, pois não podemos desconsiderar que embora estejamos vivenciando uma era de direitos, de respeito às diferenças e da busca de justiça social, ainda temos uma enorme distância entre os dispositivos legais e as ações concretas. A *Revista Diálogo Educacional* tem buscado colocar em discussão temas da atualidade, de modo a manter a interlocução com pesquisadores nacionais e internacionais que estão atentos aos debates emergentes e de importância social e científica da área da educação.

O debate vinculado ao tema da educação em direitos humanos permite uma diversidade de abordagens, considerando que são várias as situações em que o direito das pessoas ainda requer maior consciência e concretude. É o caso da inclusão das pessoas com deficiência, daquelas oriundas de condições econômicas adversas e das enormes dificuldades ainda existentes relacionadas às questões étnico-raciais, de gênero. Urge também propiciar uma educação de qualidade como um direito para todos que têm acesso à escola.

Inicialmente tem-se uma abordagem sociológica, com o artigo de Rodrigo Manoel Dias da Silva e Roberto Rafael Dias da Silva, “Educação, direitos humanos e reconstrução social nas políticas contemporâneas de escolarização no Brasil”, que trata dos diferentes processos de individualização na sociedade contemporânea e discute o lugar ocupado pelos direitos humanos na pauta social. Os autores ressaltam a importância de considerar os direitos humanos como objeto de estudo de estudantes no seu processo de escolarização, assim como entendem que essa temática deve compor as políticas educacionais do país.

Na sequência, temos o artigo de Candido Alberto Gomes, Diogo Acioli e Maria Teresa Prieto Quezada, “Violação intraescolar de direitos humanos: jogo de espelhos”, que resulta de um estudo realizado junto a adolescentes em escolas com elevado índice de violência e que se encontram em processo de implantação de um projeto de segurança. Discute a origem das violências nas escolas com base na filosofia e na sociologia da educação e demonstra a importância de conhecer como se constituem as relações sociais de modo a compreender a dinâmica da

violência, sem a qual não se pode promover os direitos humanos. Tal reconhecimento, por sua vez, poderá contribuir, também, para a formulação de políticas públicas.

O artigo “Do direito à Educação Superior ao desafio do acesso para todos”, de Lindomar Wessler Boneti, Maria Lourdes Gisi e Sirley Terezinha Filipak, dedica-se a analisar o que se entende como explicação do distanciamento entre o “acesso para todos” e a efetividade desse acesso no que se refere à Educação Superior no país. Discute como as significações conceituais e os fins da educação superior expressam-se nas políticas educacionais nos diferentes momentos da **história brasileira, de um projeto tipicamente burguês ao acesso para todos**. Argumenta-se que além do arcabouço institucional que rege o fazer educacional superior, diferentes eventos políticos, econômicos, culturais etc., nos diferentes momentos históricos, contribuíram com alterações significativas da feição das políticas de Educação Superior.

Outra abordagem incluída nesse dossiê contempla a temática da inclusão, iniciando com o artigo de Paula Corrêa Henning e Kamila Lockmann, “Discursos da inclusão escolar: modos de moralizar, modos de humanizar”, que analisa os discursos veiculados pelas edições da revista *Nova Escola*, que enfatizam a moralização dos afetos. As autoras problematizam como os discursos pedagógicos de humanização que “glorificam as propostas inclusivas como mais humanas e fraternas encontram-se enredados num processo perverso de exclusão”. Propõem um novo olhar, uma experiência com a diferença, uma abertura ao outro.

Ainda em uma perspectiva de inclusão, o artigo de Paulo Vinicius Baptista da Silva, Rosa Amália Espejo Trigo e José Antonio Marçal, “Movimentos negros e direitos humanos”, busca examinar como os movimentos sociais negros apresentam suas pautas em relação à afirmação de direitos, contribuindo para a formulação de direitos e políticas públicas. Demonstra, a partir de uma análise desses movimentos ao longo do século XX e XXI, com destaque para as Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial, que o acesso aos direitos sociais das minorias raciais revela ainda ambiguidades e contradições. E entendem que as proposições

para a educação contemplem uma formação humana que possa superar a racialização ainda existente.

O artigo de Rosimar Serena Siqueira Esquinsani sobre “Educação e qualidade: duas faces de um mesmo direito” apresenta uma reflexão sobre as possibilidades de garantia de direitos para a efetivação da educação básica de qualidade social. Como fonte para análise, utilizou notícias e reportagens veiculadas no Portal Globo e no Portal Terra sobre as condições concretas de operacionalização do direito à educação em escolas públicas. Considera que o acesso à escola não significou a garantia de uma educação de qualidade, pois esta pressupõe uma perspectiva de formação ontológica do ser humano, e que a consecução do direito somente será possível quando se firmar na ação.

O artigo de Ana Maria Eynng e Romilda Teodora Ens, “Garantia de direitos e diálogo com a diversidade no cotidiano escolar da Educação Básica”, apresenta uma reflexão sobre as possibilidades de garantia de direitos para a efetivação da educação básica de qualidade social. A análise foi realizada com base nas representações de alunos, pais, professores, gestores e funcionários de 14 escolas públicas de Educação Básica de Curitiba e região metropolitana. O estudo possibilitou identificar e compreender os conhecimentos interiorizados pelo grupo de sujeitos da escola, descrevendo sua “visão de mundo”, suas crenças e valores acerca dos temas relacionados a expectativas de direitos, direitos fundamentais e finalidade da educação escolar. As autoras discutem as abordagens de currículo indicando que a efetivação da educação básica de qualidade social pressupõe garantia de direitos e diálogo com a diversidade no cotidiano escolar e que políticas e práticas de currículo e formação de professores pautados na perspectiva pós-crítica podem contribuir para avançar nessa direção.

O artigo de Darbi Masson Suficier, Luci Regina Musseti e Fábio Tadeu Reina, “Trajetória social de alunos de um curso pré-vestibular popular”, tem como principal referencial teórico Pierre Bourdieu e aborda as estratégias empregadas por um grupo de alunos provenientes de famílias de baixa escolaridade e renda para dar seguimento a sua escolarização. A pesquisa foi realizada junto a alunos que frequentavam um curso

pré-vestibular comunitário vinculado a uma universidade pública. Os resultados das entrevistas demonstram que há nesses jovens um *habitus* que tem estreita relação com o histórico familiar e a percepção do papel redentor da escolarização em suas trajetórias.

Gilberto Ferreira da Silva e Marta Nörnberg, no artigo “Sentidos e significados da educação inclusiva: o que revelam os profissionais do Centro de Capacitação em Educação Inclusiva e Acessibilidade (CEIA/ Canoas)”, abordam a necessidade de ultrapassar uma educação inclusiva cujas práticas ainda carregam elementos de homogeneização e normalização. Trata-se de uma pesquisa-ação colaborativa que tem como foco de análise as concepções da educação inclusiva. Consideram que ainda se encontra em processo de construção o sentido de educação inclusiva que possa garantir as necessidades especiais dos alunos em turmas regulares.

O artigo de Vania Finholt Ângelo Leite relacionado à Educação Básica, intitulado é “Garantir o direito à educação sob a lógica performática: um estudo na Escola de Leitores”, trata da garantia do direito à educação sob a lógica da performática e do novo gerencialismo cuja análise é feita com base em Stephen Ball. Demonstra estratégias utilizadas para enfrentar a cultura da performatividade pela coordenadora de uma escola ao implementar a proposta educativa da Secretaria Municipal de Educação em uma escola de Educação Básica e, especificamente, em relação à avaliação da aprendizagem. Aborda a estratégia utilizada para enfrentar a cultura da performatividade mediante o desenvolvimento de um trabalho coletivo em torno de projetos de leitura e escrita.

Em seguida, discutem-se os direitos em diferentes níveis de ensino. Nessa perspectiva, tem-se o artigo de Fani Quitéria Nascimento Rehem e Vicente de Paula Faleiros, “A educação infantil como direito: uma dimensão da materialização das políticas para a infância”, em que os autores demonstram que, para a efetivação do direito à educação, é preciso entender que se trata de um embate social e político e não apenas jurídico-legal. O artigo analisa a legislação vigente que ampara a educação infantil, mais especificamente a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Demonstra as conquistas em relação às políticas públicas em decorrência da mobilização da sociedade organizada, mas aponta também que, apesar do marco legal, ainda se fazem necessárias ações concretas em relação aos direitos das crianças.

O artigo de Ruth Pavan, “Diversidade cultural, desigualdade e exclusão: um encontro com professores da Educação Básica”, busca investigar a compreensão de professores das séries finais do Ensino Fundamental sobre os processos de exclusão existentes na sociedade de forma geral e especificamente na Educação Básica a partir de uma pesquisa de campo realizada com oito professores do Ensino Fundamental. A autora adota como referencial a teoria crítica e considera que é mediante essa teoria que se torna possível uma análise da educação e a formação de professores para superar a legitimação hoje existente da exclusão, do preconceito e da discriminação existente na escola.

“Educação e Direitos Humanos: análise da formação no Ensino Médio e Profissional”, um artigo de Eliane Cleide da Silva Czernisz, toma como foco de análise a legislação pertinente. Também analisa as políticas educacionais, em especial, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio aprovadas em janeiro de 2012, que tem em vista a oferta de Ensino Médio público como direito social, tem como base o Programa Nacional de Direitos Humanos. Demonstra como o direito à educação se defronta com a “perpetuação da acumulação e do lucro capitalista, contrariando a formação para o desenvolvimento da cidadania”, o que impede a formação propiciada facultar ao indivíduo o compromisso com a solução de problemas sociais.

Além dos artigos relacionados ao dossiê sobre políticas de educação em direitos humanos, foram incluídos artigos que tratam de políticas educacionais em diferentes perspectivas. Em relação à investigação acadêmica, temos o artigo de César Gerónimo Tello, “La producción de conocimiento en política educacional: entre los nuevos modos de producción de conocimiento y el EEPE”, que discorre, em especial, sobre a vigilância epistemológica desse processo de investigação. Defende uma epistemologia para a construção da investigação com uma determinada perspectiva

e posicionamento epistemológico. Analisa as diferentes formas de produção do conhecimento dos últimos vinte anos em política educacional com a intenção de contribuir com fortalecimento epistemológico desse campo teórico de conhecimento.

O artigo de Flavia Obino Corrêa Werle, “Ensino rural e legitimação das ações do Estado”, toma como objeto de análise o Boletim de Educação Rural publicado na década de 1950, pela Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul, indicando a contribuição desse material para a constituição de normativas do trabalho dos professores. Trata dos aspectos históricos relacionados à educação rural, em especial, sobre a constituição da identidade profissional dos professores rurais. Evidencia nos textos atividades que incluíam práticas agrícolas na formação dos estudantes e considera que o Boletim se constitui em material valioso para entender as propostas da educação da época.

Por último, o artigo de Viviane Grimm e Gilson R. de M. Pereira, “Usos e gênese do discurso mudancista no campo educacional brasileiro”, que apresenta uma análise dos discursos presentes em obras e artigos de periódicos da área da educação que enfatizam o potencial transformador da educação, desde a Primeira República até o período que corresponde à redemocratização do país. Demonstam como os discursos se modificam de acordo com a conjuntura política, econômica e social do país e sua relação com o estilo de pensamento pedagógico dos intelectuais da educação.

Profa. Dra. Maria Lourdes Gisi

Conselho Editorial